



Parecer Técnico n.º 2/2025 - IBRAM/PRESI/HFAUS

## 1. Introdução

1.1. O presente parecer técnico tem por finalidade apresentar o resultado das análises da prestação de contas anual da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária – SPMV, organização da sociedade civil (OSC) responsável pela execução do Termo de Colaboração nº 01/2023 (128845502), que trata da implantação e gestão do Serviço de Atendimento Médico Veterinário e Centro de Reabilitação de Fauna Silvestre (Hfaus) no âmbito do Instituto Brasília Ambiental – Brasília Ambiental. O referido termo foi assinado em 11/12/2023 e os atendimentos foram iniciados em fevereiro do ano seguinte. A análise ora apresentada recai sobre o período de dezembro de 2023 a novembro de 2024, conforme documentos enviados às Comissões de Gestão e de Monitoramento da parceria. Uma primeira versão do documento foi encaminhada pela OSC em 25/3/2025 (SEI 168003041) para análise inicial da comissão de gestão e comissão de monitoramento do Hfaus. A primeira avaliação gerou a Manifestação 27319 (168003196) que culminou com a segunda versão (173555740) da prestação de contas entregue em 12/06/2025.

1.2. A avaliação aqui apresentada tem por base o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Distrital nº 37.843/2016, especialmente no que tange à obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas anual pelas OSCs parceiras. De acordo com o referido decreto, a entidade parceira deverá apresentar a prestação de contas no prazo de 90 dias após o fim de cada exercício, com o conteúdo detalhado no art. 60.

*"Art. 60. O relatório de execução do objeto apresentado pela organização da sociedade civil deverá conter:*

*I - descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto, para demonstrar o alcance das metas e dos resultados esperados no período de que trata a prestação de contas;*

*II - documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como listas de presença, fotos, depoimentos, vídeos e outros suportes;*

*III - documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver; e*

*IV - documentos sobre o grau de satisfação do público-alvo. "*

1.3. Os dados utilizados provêm da documentação apresentada pela OSC, no qual o relatório apresentado (173555740) pela SPMV está dividido em 12 tópicos: 1) Introdução; 2) Descrição da Realidade Contemplada pela Parceria; 3) Benefícios da Parceria; 4) Da Prestação de Contas; 5) Metas e Produção do Hfaus; 6) Perguntas e respostas mais Comuns sobre Animais encontrados em Ambientes Urbanos; 7) Serviços Prestados (subdividido em Demonstrativo de resultados e Dos Indicadores e Metas); 8) Recursos Financeiros (subdividido em cronograma de desembolso, planilha geral de custos, demonstrativo de utilização dos recursos, e tabela por bloco de despesa); 9) Satisfação do Público Alvo; 10) Mídias Sociais (subdividido em notícias dos jornais da região e fotografias); 11) Sustentabilidade da Parceria; e 12) Considerações Finais.

## 2. Impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas (benefícios da parceria)

2.1. A implantação do Hfaus no Distrito Federal representa um marco na consolidação de políticas públicas voltadas à proteção e ao bem-estar da fauna nativa. O funcionamento do Hfaus tem proporcionado atendimento clínico, cirúrgico e terapêutico a animais silvestres resgatados em situações de risco, vulnerabilidade ou conflito com a malha urbana. A magnitude dos resultados alcançados demonstra que a estrutura criada atende a uma demanda reprimida. A inexistência de tal estrutura comprometia seriamente a capacidade do poder público de agir com celeridade e técnica diante de ocorrências envolvendo a fauna local.

2.2. Os atendimentos realizados se estenderam para além do Distrito Federal, com recebimento de animais provenientes de diferentes regiões e entes federativos, como órgãos ambientais, forças policiais e bombeiros militares, além de secretarias estaduais e municipais. Essa abrangência territorial reafirma o caráter estratégico da unidade enquanto equipamento público regional de referência em reabilitação animal. Os quase dois mil atendimentos realizados no primeiro ano atestam a essencialidade do serviço e a pertinência da escolha da OSC parceira, que demonstrou qualificação técnica para atender à complexidade das demandas apresentadas.

2.3. No tocante à saúde coletiva, destaca-se a importante função desempenhada pelo Hfaus na vigilância de zoonoses presentes na fauna silvestre. A partir da instalação do hospital, foi implementada uma sistematização de exames diagnósticos, que abrangem desde procedimentos básicos até análises laboratoriais e de imagem de maior complexidade. Esta capacidade instalada permite a detecção precoce de enfermidades com potencial de transmissão interespecíficas, inclusive aquelas que colocam em risco a saúde humana. O monitoramento contínuo de patógenos em espécimes resgatados proporciona ao poder público instrumentos efetivos para a atuação preventiva, permitindo mitigar riscos epidemiológicos e conter, com antecedência, eventuais surtos que poderiam comprometer tanto a fauna quanto a população residente do Distrito Federal.

2.4. Por meio das ações desenvolvidas no âmbito do HFAUS, foi possível identificar, na fauna silvestre, a ocorrência de enfermidades comuns em animais domésticos, como a parvovirose e a cinomose, permitindo não apenas o manejo adequado dos casos, mas também o monitoramento de possíveis rotas de transmissão entre animais domésticos e silvestres, além da mitigação de riscos à saúde ambiental. Tal diagnóstico precoce contribui significativamente para a preservação da biodiversidade local e o fortalecimento das estratégias de vigilância ambiental em saúde.

2.5. Além do caráter assistencial e da vigilância sanitária, a parceria fomentou ações educativas voltadas à capacitação de profissionais envolvidos com o resgate e o manejo de animais silvestres com o objetivo de uniformizar condutas e qualificar a interlocução entre o hospital e os órgãos parceiros. Tal medida contribui para evitar práticas inadequadas no trato com os animais, reduz o estresse nos processos de captura e favorece melhores índices de recuperação clínica. Trata-se de um componente formativo da parceria, que garante perenidade aos efeitos do programa ao atuar na base da conscientização ambiental.

2.6. Também se verifica um importante retorno ambiental com o funcionamento do Hfaus. A recuperação e posterior reintegração de espécimes à natureza permite o reequilíbrio ecológico quando o animal volta a ocupar o seu *locus* ambiental, auxilia no controle de pragas urbanas e minimiza impactos derivados do tráfico e da criação irregular de fauna silvestre. Trata-se de um serviço que transcende a prestação veterinária, uma vez que integra ações de conservação, educação, saúde e segurança ambiental.

2.7. Diante de tais elementos, conclui-se que os impactos sociais, ambientais e sanitários advindos da execução do Termo de Colaboração nº 01/2023 são substanciais e justificam, de forma inequívoca, a manutenção e o fortalecimento da parceria, não apenas por sua eficiência operacional, mas sobretudo por seu papel estratégico no sistema público de saúde única do Distrito Federal. **Todas as indicações expostas demonstram a importância social e ambiental do Hfaus na conjuntura do Distrito Federal.**

## 3. Das metas

3.1. De fevereiro a novembro/2024 foram atendidos 1.736 animais, dos quais 61% aves, 36% mamíferos e 3% répteis. A Tabela 1 a seguir resume os números dos indicadores do Hfaus no primeiro ano de parceria.

Tabela 1. Valores de pontuação dos indicadores das Etapas 1 a 3 (Dez/23 a Mar/24; Abr/24 a Jul/24; Ago/24 a Nov/24).

Blocos	Meta	Etapa 1		Etapa 2				Etapa 3			
		Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Administração de medicamentos*	Não estipulado no Plano de Trabalho	492	1069	1045	1685	1036	2392	2.902	4.122	11.791	6.707
Cirurgia	58	31	21	11	12	6	21	6	46	19	34
Exames de imagem	180	28	37	54	15	0	22	109	0	0	127
Exames de laboratório	393	122	107	348	178	136	275	272	361	494	582
Internação	200	439	914	914	801	633	947	1.028	1.726	4.744	3.828
Quantidade de Animais Atendidos	60	57	79	93	89	86	78	118	313	482	331
Marcação dos Animais	100%	99%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	99,8%	99,9%
Somatório da pontuação	891	1.169	2.227	2.465	2.780	1.897	3.735	4.435	6.568	17.530	11.609

Fonte: Relatório Técnico Monitoramento/Avaliação (MROSC) nº 2 ( 146814191)

\*Como não havia previsão da administração de medicamentos, não há peso para esta ação no plano de trabalho. Assim, atribuiu-se o peso 1.

3.2. Segundo o relatório apresentado, o início efetivo dos atendimentos ocorreu em fevereiro de 2024, em razão do tempo necessário para a adaptação da estrutura física provisória após o recebimento dos recursos. Apesar dessa limitação temporal, a OSC apresentou uma progressão ascendente no número de atendimentos, o que superou em muito a capacidade operacional inicialmente projetada (recebimento de 110 animais por mês). Tal fato demonstra a elevada demanda reprimida por esse tipo de serviço e também a capacidade de resposta da instituição executora.

3.3. No tocante aos indicadores pactuados, destaca-se o atendimento de 1.736 animais silvestres, devidamente triados e, sempre que viável, marcados para fins de reabilitação e posterior destinação. A marcação dos espécimes foi realizada de forma integral nos casos possíveis e os casos de óbito justificados tecnicamente como impeditivos à marcação nos termos dos protocolos clínicos. Observou-se que apenas quatro animais não receberam marcação, ou seja, do total de animais recebidos nos dez meses (1.736) 99,8% foram marcados. Apesar da meta estipulada de 100% de marcação dos animais, entende-se que situações específicas impediram a plenitude do resultado e não comprometeram atendimento ou segurança dos protocolos implementados de individualização dos animais.

3.4. Exames laboratoriais e de imagem também foram realizados em quantidade expressiva, respeitando a demanda referenciada pelas instituições públicas parceiras, mesmo que nem todos os meses tenham alcançado a pontuação preestabelecida. A pontuação referente às cirurgias apresentou oscilação ao longo do período e abaixo do pactuado, o que pode ser atribuído à natureza da demanda, que depende da gravidade e das condições clínicas dos animais resgatados. Destaca-se que a OSC incluiu, em caráter excepcional, cirurgias de alta complexidade não previstas inicialmente no plano de trabalho, com a devida comunicação às Comissões de Gestão e Monitoramento, o que demonstra o compromisso com a qualidade do atendimento.

3.5. De forma geral, estas comissões entendem que o não atingimento das metas deve-se muito mais em função da inadequação das metas em si do que por responsabilidade da OSC. Primeiramente, não há outros hospitais de animais silvestres que pudessem servir de parâmetro. Em seguida, deve-se considerar também que ações importantes como a administração de medicamentos e a realização de procedimentos ambulatoriais têm custos, mas não foram considerados para fins de meta. Por fim, há que se destacar que a demanda recebida pelo Hfaus é extremamente heterogênea, num dia é recebido um curió e no outro um filhote de onça. Desta maneira, o Parecer Técnico 2/2024 (154987713) alterou de forma significativa a metodologia de aferição das metas dos indicadores da parceria. A partir de então, espera-se que as medições sejam mais apropriadas e efetivas.

3.6. É importante reforçar que, mesmo correndo o risco de ser penalizada, a SPMV não realizou exames ou cirurgias desnecessárias apenas para cumprir as metas. Essa é uma conduta que deve ser ressaltada e demonstra o compromisso ético da OSC.

3.7. Embora as justificativas apontadas pela OSC para o não atingimento de algumas metas sejam plausíveis, entendeu-se ser necessária a adoção de medidas que certificassem tal situação. Assim, o Relatório Técnico de Monitoramento/Avaliação (MROSC) 1 (139823313) apontou a necessidade de que fossem apresentadas às comissões do Hfaus as notas fiscais e os recibos das aquisições realizadas no período de execução da parceria, bem como os extratos bancários (conta corrente e aplicação financeira) e os relatórios financeiros e/ou contábeis. Face o exposto, foi aberto o presente processo para documentação e análise das contas da parceria. A partir desta demanda, foi criada uma pasta no Google Drive para que a SPMV enviasse mensalmente os gastos, extratos e notas fiscais. Com estes dados, as Comissões de Gestão e Monitoramento e a SPMV desenvolveram uma sistemática de monitoramento mensal dos gastos desde o segundo semestre de 2024. Esta metodologia foi testada antes da pactuação do novo plano de trabalho (155082144) e está descrita no Parecer Técnico 2/2024 (154987713).

3.8. A análise das despesas mensais demonstrou que o custo do Hfaus estava abaixo do estimado, mas não havia nenhum gasto anormal ou indevido. Por outro lado, deve-se frisar que **foram recebidos todos os animais** entregues pelo BPMA, pelo Ibama ou por qualquer outro parceiro. Percebe-se, portanto, que as maiores divergências quando da definição das metas se deram em razão do **ineditismo do serviço** prestado, da **inexistência de uma série histórica** consistente e da **dinâmica própria inerente às ocorrências** que geram o resgates e a apreensão de animais silvestres. Além disso, deve-se destacar que uma parte considerável do trabalho, a administração de medicamentos, não estava sendo considerada como indicador para efeitos de cumprimento de meta. **Levando em conta também a administração de medicamentos, o somatório de todos os serviços resulta sempre em valores bem acima das metas** como observado na última linha da Tabela 1. O Relatório Técnico de Monitoramento/Avaliação (MROSC) 2 (146814191) traz uma análise pormenorizada das metas e as recomendações de mudança do plano de trabalho, que ocorreram em dezembro/2024, conforme Termo de Apostilamento (MROSC) nº 1/2024 (159052549).

3.9. Diante da comprovação da justificativa do não atingimento de algumas metas, as Comissões de Gestão e Monitoramento determinaram que não havia necessidade da apresentação do relatório de execução financeira. Por outro lado, como será observado no item 5 deste parecer, praticamente todas as informações exigidas no art. 62 do Decreto nº37.843/2016 foram apresentadas, como a relação das despesas, notas fiscais, extratos mensais e rendimentos.

#### 4. Da Sustentabilidade das Ações

4.1. A análise do item referente à sustentabilidade da parceria constante na prestação de contas apresentada pela SPMV revela aspectos estruturais e operacionais que merecem especial atenção do Brasília Ambiental para garantir a continuidade e o pleno êxito do serviço. Embora o Hfaus esteja desempenhando papel estratégico na gestão da fauna silvestres no Distrito Federal, a própria prestação de contas aponta, ainda que de forma velada, fragilidades relacionadas à infraestrutura física, à capacidade operacional e à disponibilidade de equipe técnica que, se não forem corrigidas a tempo, podem comprometer a sustentabilidade da parceria no médio e longo prazo.

4.2. O primeiro fator limitador está relacionado às condições físicas da unidade. Conforme relatado, as ações do Hfaus foram realizadas, no período de referência, em instalações provisórias alugadas. Embora tal espaço tenha atendido aos requisitos mínimos sanitários e de segurança exigidos para o atendimento aos animais, trata-se de um arranjo precário e transitório, que não oferece as condições ideais para a expansão dos serviços e tampouco garante estabilidade institucional para a consolidação do

modelo. A utilização de espaços provisórios tende a restringir a complexidade dos procedimentos, dificulta a organização logística de fluxos internos e pode comprometer, em situações de sobrecarga, a qualidade do atendimento. Além disso, a ausência de sede própria e definitiva para o hospital impossibilita a incorporação de novas tecnologias, a instalação de equipamentos de maior porte e a estruturação de setores complementares que são indispensáveis para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, educação ambiental e readaptação para soltura.

4.3. No campo operacional, a prestação de contas revela uma desproporção crescente entre a demanda real e a capacidade de resposta instalada. Os dados apresentados evidenciam que a quantidade de atendimentos efetivamente realizados ultrapassou, em diversos momentos, os parâmetros inicialmente projetados no plano de trabalho. Embora esta superação possa ser, à primeira vista, interpretada como um indicativo de eficiência, o contexto revela que a estrutura existente foi levada ao seu limite funcional. O aumento expressivo na procura por atendimento, sem o correspondente aumento na capacidade técnica, física e humana, tende a gerar sobrecarga sobre a equipe, aumento do tempo de espera, riscos de falhas no processo assistencial e desgaste dos profissionais envolvidos. Ressalta-se que essa situação, se mantida, pode acarretar prejuízos à saúde e ao bem-estar dos animais acolhidos, abalar a credibilidade do serviço junto aos órgãos encaminhadores e à população em geral.

4.4. Do ponto de vista da equipe técnica, observa-se que, apesar do esforço da OSC em manter um corpo clínico qualificado, a alta rotatividade de pessoal demonstra que o Hfaus não é um lugar muito atrativo profissionalmente, seja pelas questões salariais ou pelas condições de trabalho em si. Somando-se a isso a necessidade de formação contínua e especializada para lidar com as particularidades do atendimento à fauna silvestre, a OSC tem um desafio constante. As exigências técnicas para esse tipo de atendimento, que envolvem protocolos e equipamentos específicos e condutas diferenciadas por espécie, impõem à equipe uma carga de especialização que nem sempre encontra respaldo no número de profissionais disponíveis. O próprio relatório evidencia que a execução de procedimentos mais complexos, como cirurgias de alta complexidade e exames de imagem avançados, ainda depende de avaliações caso a caso e, muitas vezes, de autorizações prévias.

4.5. Diante desse quadro, impõe-se a necessidade urgente de reformulação da estrutura física e financeira, com vistas à sua ampliação e consolidação. Caso não haja adequação da estrutura física, ampliação da equipe multiprofissional e aquisição de equipamentos compatíveis com a demanda, o Hfaus corre o risco de enfrentar uma sobrecarga crônica, que comprometerá os indicadores quantitativos da parceria, mas, sobretudo, a qualidade dos serviços prestados. A ausência de providências estruturantes poderá forçar a adoção de medidas drásticas, como a limitação do recebimento de animais, a redução do escopo dos serviços ofertados ou, em última instância, a interrupção temporária das atividades por incapacidade operacional. Tais medidas, além de prejudicar diretamente a fauna silvestre do Distrito Federal, também impactariam negativamente a imagem do poder público e da própria organização da sociedade civil parceira.

4.6. Importante destacar que as comissões de gestão e de monitoramento da parceria estão realizando uma consultoria junto à Controladoria Geral do Distrito Federal - CGDF, para o desenvolvimento e implantação na matriz de riscos do Hfaus (391-00008788/2024-95). Este processo envolve a identificação dos riscos relacionados à execução da parceria, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões, fortalecer os mecanismos de controle interno e promover maior eficiência, legalidade e transparência na gestão. A matriz de riscos é uma ferramenta estratégica de gestão que permite mapear, classificar e tratar os principais fatores que podem comprometer os objetivos pactuados, contribuindo para a prevenção de falhas operacionais, desvio de finalidade, má aplicação de recursos e outros eventos indesejáveis.

4.7. Em conclusão, a sustentabilidade da parceria não pode ser analisada exclusivamente sob a ótica dos bons resultados alcançados até o momento, mas deve considerar, de forma proativa e a partir de uma visão sistêmica e mais abrangente, as limitações que já se manifestam na prática cotidiana da unidade e os possíveis riscos futuros. Face todas as informações apresentadas, **observa-se a sustentabilidade das ações objeto da parceria a médio prazo comprometida**. A manutenção do atual modelo, sem correções estruturais, tende à exaustão. Por isso, recomenda-se que, ainda no curso do próximo exercício, seja realizada uma revisão técnica do plano de trabalho, acompanhada da previsão orçamentária necessária para suprir as lacunas físicas, operacionais e humanas identificadas. Somente com tais providências será possível assegurar a continuidade do Hfaus como política pública de excelência na área de saúde ambiental e proteção da fauna silvestre. O Hfaus é uma peça chave na política pública da fauna silvestre do Distrito Federal, portanto, a interrupção ou diminuição deste serviço teria impactos muito mais amplos do que simplesmente o não atendimento dos animais.

## 5. Análise de despesas e notas fiscais

### 5.1. Avaliação Geral do Período

5.1.1. A execução financeira do Termo de Colaboração nº 01/2023 foi detalhadamente apresentada, por meio de demonstrativos mensais, planilha de custos gerais, quadro de desembolsos e documentação comprobatória anexa (disponibilizada via drive compartilhado às Comissões de Gestão e de Monitoramento). A análise dos dados evidencia coerência entre os valores repassados, as despesas executadas e as atividades desenvolvidas, ainda que com algumas variações entre previsão e realização, cujas justificativas foram devidamente apresentadas.

5.1.2. O montante global previsto para o exercício de 12 meses foi de R\$ 1.881.489,15, o valor efetivamente repassado foi de R\$ 2.126.435,88 e a execução financeira efetiva foi de R\$ 1.829.340,04. O saldo remanescente de R\$ 297.095,84 foi mantido em conta corrente para fins de capital de giro e continuidade da parceria, o que está de acordo com o previsto na legislação de regência e no plano de trabalho. Na prestação de contas entregue pela OSC, na página 15, consta que o valor restante foi de R\$ 296.432,04, porém, como os demais valores estão corretos com aqueles levantados pelas comissões, acredita-se que houve apenas um erro de cálculo.

5.1.3. Em termos qualitativos, os principais agrupamentos de despesas dizem respeito à contratação de serviços, aquisição de materiais, infraestrutura, medicamentos e recursos humanos. No mês de janeiro, por exemplo, o valor gasto ultrapassou significativamente o previsto para aquele mês, em razão de ajustes estruturais e operacionais necessários para a adaptação do espaço provisório. Esta oscilação é compatível com o início da operação e foi compensada por gastos menores nos outros meses.

5.1.4. Importante destacar que a disponibilização de documentos comprobatórios — notas fiscais, extratos bancários, contratos, folhas de pagamento, comprovantes de transferências entre outros — foi integral, com acesso irrestrito concedido às comissões do Hfaus. Neste contexto, não se verifica qualquer indicio de desvio de finalidade na utilização dos recursos públicos transferidos. Ao contrário, as **despesas realizadas foram condizentes com os objetivos do projeto e a gestão financeira revelou-se compatível com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência** exigidos pela legislação aplicável às parcerias com organizações da sociedade civil.

5.1.5. No plano econômico, destaca-se que a estruturação do hospital foi realizada com base em um modelo de gestão eficiente com uso racional dos recursos públicos, conforme descrito. A adequação dos serviços à realidade da demanda — que se mostrou superior à capacidade inicialmente projetada — comprova a flexibilidade da gestão pactuada, que soube responder à complexidade dos atendimentos mesmo em ambiente provisório.

### 5.2. Da oscilação dos Gastos Mensais

5.2.1. A análise dos dados financeiros apresentados no item “Tabela por Bloco de Despesas” da prestação de contas anual do Hfaus revela um **comportamento oscilante nos valores mensais** executados ao longo do primeiro ano da parceria, mas que, ao final do exercício, **resultou em conformidade com o valor médio pactuado** no primeiro plano de trabalho (tabela 2 - Despesas e Comprovantes). Embora haja variações significativas nos gastos mês a mês, o valor médio mensal de aproximadamente R\$ 156 mil foi, de fato, respeitado ao término do período analisado. Este cenário reflete a naturalidade das flutuações em instrumentos de natureza dinâmica como esse, voltados à gestão de serviços especializados e de alta complexidade técnica.

Tabela 2 - Despesas e respectivos comprovantes

Mês	Valor Gasto	Documento SEI com as Notas Fiscais	Documento SEI do Extrato Bancário
Dezembro/2023	R\$ 130.035,06	162653096	151765614 (p. 1 e 2)

Janeiro/2024	R\$ 154.190,91	162653232 e 162653390	151765614 (p. 3 a 6)
Fevereiro/2024	R\$ 107.602,26	162653514, 162653630 e 162653770	151765614 (p. 7 e 8)
Março/2024	R\$ 171.926,78	162653884, 162654000 e 162654000	151765614 (p. 9 a 11)
Abril/2024	R\$ 160.828,89	162654211, 162654316, 162654419 e 162654551	151765614 (p. 12 e 13)
Mai/2024	R\$ 145.589,39	162655685, 162655784 e 162655895	151765614 (p. 14 e 15)
Junho/2024	R\$ 143.284,66	162656130 e 162656238	151765614 (p. 16 e 17)
Julho/2024	R\$ 121.275,99	162656469, 162656555, 162656645 e 162656751	151765614 (p. 18 e 19)
Agosto/2024	R\$ 61.271,76	162656891, 162657003 e 162657115	151765614 (p. 20 e 21)
Setembro/2024	R\$ 270.469,46	162657231 e 162657342	154039762
Outubro/2024	R\$ 161.498,57	162657481 e 162657588	155042215
Novembro/2024	R\$ 202.030,11	162657745 e 162657853	163907810
<b>Total</b>	<b>RS1.829.340,04</b>		
<b>Valor Médio/Mês</b>	<b>RS152.445,00</b>		

5.2.2. As oscilações de valores, observadas ao longo dos meses, podem ser compreendidas a partir de uma série de variáveis intrínsecas à execução de uma política pública em fase de implantação. Nos primeiros meses, por exemplo, os gastos executados com o atendimento no Hfaus ficaram sensivelmente abaixo do previsto. Isso se deve, sobretudo, ao fato de que o início das atividades ocorreu em caráter adaptativo. A estrutura física ainda estava em finalização, os fluxos de atendimento estavam em fase de calibração e os órgãos parceiros – tais como Ibama, BPMA, entre outros – encontravam-se em processo de entendimento e adaptação à nova dinâmica representada pela existência do hospital de fauna. Este período de transição, como é comum em novos serviços públicos, implicou menor volume de encaminhamento de animais, o que impactou diretamente a execução orçamentária, refletida em gastos reduzidos nos primeiros meses.

5.2.3. Entretanto, à medida que a operação do Hfaus foi se consolidando e os parceiros institucionais passaram a internalizar a nova realidade de atendimento, houve uma ampliação expressiva tanto na quantidade de animais atendidos quanto na complexidade dos procedimentos executados. Como consequência, os gastos mensais aumentaram de forma gradativa, aproximando-se do limite ou ultrapassando esporadicamente o valor inicialmente estimado. Mesmo com essas variações, ao final do primeiro ano da parceria, a média dos gastos mensais convergiu para o patamar previsto inicialmente, evidenciando que a execução orçamentária foi equilibrada, compatível com a proposta original e ajustada às necessidades reais do serviço.

5.2.4. Importante destacar que a execução de despesas nesta parceria envolve múltiplos blocos, tais como infraestrutura, contratação de serviços, aquisição de materiais, medicamentos, alimentos, materiais médico-hospitalares e recursos humanos. Tais categorias apresentam comportamentos sazonais próprios. Por exemplo, nos meses iniciais foi necessário alocar mais recursos em infraestrutura e aquisição de insumos básicos para viabilizar a operação. Nos meses posteriores, a demanda crescente exigiu maior investimento em medicamentos, exames laboratoriais e intensificação da equipe de atendimento, o que explica as elevações pontuais em determinados blocos de despesa. A flexibilidade na gestão de tais blocos, dentro dos limites legais e pactuados, é uma característica esperada em projetos desta natureza, devendo ser interpretada como adequação operacional e não como desvio de planejamento.

5.2.5. Outro ponto que merece atenção é que, com a consolidação do Hfaus como equipamento público estratégico no Distrito Federal, já se observa uma tendência de crescimento progressivo da demanda. A própria prestação de contas demonstra que os atendimentos realizados nos últimos meses do ano ultrapassaram com folga as estimativas iniciais de capacidade. Esse crescimento é reflexo, não só da sazonalidade típica que envolve ocorrências relacionadas a determinadas espécies, mas também do reconhecimento institucional do hospital por parte dos órgãos encaminhadores. Trata-se de um indicativo inequívoco de que o hospital está se incorporando à lógica de atuação dos órgãos ambientais do DF, tornando-se referência para encaminhamento de fauna silvestre resgatada, ferida ou em situação de vulnerabilidade.

5.2.6. A dinâmica dos gastos do primeiro ano deve servir como referência para ajustes necessários à execução do segundo exercício, mas deve-se ter em mente que o cenário é completamente diferente e os mesmos recursos não serão suficientes para esta nova etapa. Há, portanto, o risco de se criar um descompasso entre a demanda efetiva e os recursos disponíveis. A experiência exitosa do primeiro ano, entretanto, sinaliza um caminho seguro para a continuidade e o fortalecimento da parceria.

### 5.3. Recursos Repassados

5.3.1. De acordo com o cronograma da etapa 1, foi definido um primeiro desembolso, efetuado por meio da Ordem Bancária - OB 2023OB01091 (129504760) e Ordem Bancária - OB 2023OB01092 (129505717) que totalizou R\$ 1.150.000,00 (um milhão cento e cinquenta mil reais), datado de 18/12/2023. O Despacho IBRAM/PRESI/GTCETAS 129449440 encaminhou para assinatura o Apostilamento 1/2023 (129403163), que alterou o cronograma de desembolso da parceria para o documento Planilha do Cronograma de Desembolso - Anexo IV (129449429). A mudança ocorreu devido ao aporte de R\$ 244.946,00 (duzentos e quarenta e quatro mil novecentos e quarenta e seis reais) para a categoria de gastos "3" (custeio) e R\$ 226.054,00 (duzentos e vinte e seis mil cinquenta e quatro reais) para a categoria de gastos "4" (investimento). O recurso complementar era necessário para efetivar a compra dos equipamentos para início do funcionamento, possibilitando ainda o funcionamento da parceria até setembro/2023, considerando o plano inicialmente pactuado. Foi, portanto, necessário e recomendado o apostilamento. O apostilamento gerou a Ordem Bancária - OB 2023OB01125 (129746681) e a Ordem Bancária - OB 2023OB01126 (129747806), datadas de 20/12/2023, que totalizaram R\$ 471.000,00 (quatrocentos e setenta e um mil reais).

5.3.2. No período da Etapa 2 da parceria (quadrimestre de abril a julho de 2024) não foram realizados novos repasses de verbas do Brasília Ambiental à SPMV, conforme consta no Processo SEI 00391-00009765/2022-36. Na Etapa 3, por outro lado, foi realizado um repasse (Ordem Bancária - OB 2024OB00926 SEI 150064322) de R\$ 505.435,88 (quinhentos e cinco mil quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos), conforme cronograma de desembolso inicialmente pactuado (129449429) e Apostilamento nº 01/2023 (129403163). O recurso foi empregado para continuidade do funcionamento do Hfaus de outubro até aproximadamente dezembro de 2024.

### 5.4. Análise da Conta Investimento

5.4.1. Para aprimorar a transparência e o controle financeiro, foi implementado um sistema contínuo de prestação de contas conforme descrito no Plano de Trabalho 155082144. A cada mês, três arquivos são compartilhados eletronicamente: um arquivo PDF contendo todas as notas fiscais do mês, o extrato bancário da conta dedicada à parceria e uma planilha eletrônica detalhada com: a) valor da despesa, b) número da nota fiscal, c) emissor de cada nota fiscal, d) data de pagamento, e) número de parcelas (se houver) e f) a tipologia de cada gasto. Este formato assegura uma visão clara e atualizada das despesas, facilitando o monitoramento e a análise das informações. Embora as informações sejam enviadas mensalmente, a análise formal pelas comissões de gestão e monitoramento ocorre de forma quadrimestral, permitindo que se avalie a execução dos recursos em perspectiva, verificando a adequação dos gastos ao longo do tempo e ajustando possíveis déficits ou superávits de forma coordenada.

5.4.2. Nos autos do processo 00391-00009345/2024-11 consta a análise das contas que vem sendo realizada. Esta verificação consiste em avaliar as notas fiscais (ou comprovantes) de cada despesa e confirmar se a nota foi apresentada, se o valor está correto, se o fornecedor está correto entre outras informações que atestam a despesa. Em seguida, procede-se à conciliação bancária verificando se todas as débitos elencados estão nos extratos e se existe alguma saída de recurso sem a correspondente comprovação de despesa. Durante esta conferência, foi feita a checagem dos extratos bancário e a constatação de saída de recursos da conta da parceria sem justificativa, os quais, após requisição das comissões, retornaram para a conta bancária da parceria. O Relatório 5 (151730287) e o Relatório 7 (154039815) indicaram o total retirado e que foi devolvido a conta da parceria conforme Ofício SPMV (155010748) e extratos dos meses de outubro (155042089) e novembro (163907810).

5.4.3. Embora os recursos mencionados acima tenham sido corretamente devolvidos, as retiradas sem justificativa ensejaram na não rentabilidade daqueles valores. Assim, o Brasília Ambiental calculou o montante que teria sido auferido de rendimentos e foi solicitado à OSC a devolução de tais valores. O Informativo 163928517 descreve a metodologia do cálculo utilizada e a Planilha Cálculo Rendimentos (163920416) apresenta os cálculos. A SPMV solicitou, por meio do E-mail 171441816 que o montante fosse parcelado em duas vezes: a primeira parcela foi retornada no dia 23/05/2025 e a segunda está prevista para 23/06/2025.

## 5.5. Análise das Notas Fiscais

5.5.1. Conforme descrito no item 5.2, todas as notas fiscais foram apresentadas pela SPMV e anexadas a estes autos, conforme *links* indicados na Tabela 2. A Planilha de despesa 12/2023 a 11/2024 (162652883) contém um total de 12 tabelas, correspondentes aos 12 meses do período analisado, sendo uma tabela para cada mês. Cada tabela está estruturada em duas partes:

- Primeira parte – Dados das notas fiscais:  
Apresenta as informações declaradas sobre cada despesa, incluindo o **número da nota fiscal**, o **valor registrado**, o **nome do fornecedor** e demais dados administrativos relevantes.
- Segunda parte – Informações da conferência:  
Registra o resultado da verificação realizada pela equipe técnica do Instituto Brasília Ambiental, que conferiu nota por nota. Nesta seção, constam os dados sobre a existência da nota fiscal, a conferência do valor informado e a indicação da página do arquivo em que o documento pode ser localizado.

5.5.2. Nos meses de janeiro e março, foi identificado que menos de 5% das despesas lançadas não estavam acompanhadas das respectivas notas fiscais no momento da conferência inicial. Embora a quantidade seja bem pequena e não tenha representado um valor significativo, a OSC foi orientada sobre a importância de apresentar as notas. A partir disso, observou-se uma melhoria significativa na organização documental e nos meses seguintes não foram identificadas despesas sem os devidos comprovantes fiscais. Cabe destacar que, em alguns casos, as comissões aceitaram como documentos válidos de comprovação outras evidências além da nota fiscal, desde que suficientes para atestar a veracidade e rastreabilidade da despesa. Esta conduta respeita os princípios da razoabilidade e da boa-fé, sem comprometer o rigor técnico do monitoramento.

## 6. Satisfação do público

6.1. A fim de atender aos preceitos do decreto distrital que regulamenta o MROSC, as comissões procederam com uma pesquisa de satisfação com os órgãos parceiros que levam animais até o Hfaus para atendimento. No caso, foram arquitetadas duas pesquisas, uma para a equipe do Cetas/Ibama e outra para a equipe do BPMA. A pesquisa foi enviada oficialmente para as instituições conforme processos 00391-00001045/2025-75 (Ibama) e 00391-00001046/2025-10 (BPMA). Como o Hfaus não atende diretamente à população, então, não faria sentido uma pesquisa de satisfação com a população em geral.

6.2. Os resultados obtidos podem ser visualizados na tabela 3 e 4. Importante esclarecer que no Cetas/Ibama constam apenas cinco servidores, dos quais três responderam ao questionário. No BPMA, o contingente é de aproximadamente 200 policiais, no entanto, apenas cinco responderam ao questionário. Os valores da pesquisa de satisfação demonstram, ainda que com limitação amostral, que os **serviços prestados estão atendendo às entidades parceiras de maneira adequada**.

Tabela 3. Respostas dos funcionários do Cetas/Ibama à pesquisa de satisfação do Hfaus.

Pergunta	Excelente (%)	Bom (%)	Regular (%)
Como você avalia o atendimento pela equipe do Hfaus durante a entrega dos animais?	66,7	33,3	
Os funcionários do Hfaus foram prestativos e claros nas orientações durante a recepção dos animais?	100		
Na sua opinião, como os animais foram recebidos pela equipe do Hfaus?	100		
Como você avalia a estrutura física do Hfaus (limpeza, organização)?		100	
Como você avalia o tempo de resposta do Hfaus em relação às demandas da sua instituição?	33,3	33,3	33,3
A comunicação (Whatsapp, Ligação ou presencial) com o Hfaus é eficiente e satisfatória?	66,7	33,3	
Como você avalia as informações fornecidas pelos funcionários sobre os procedimentos realizados nos animais?	33,3	66,7	
De maneira geral, você considera que o tempo de permanência dos animais no hospital foi adequado para a recuperação deles?		66,7	33,3
Em sua opinião, de maneira geral, em que condições os animais chegaram ao IBAMA após os cuidados no Hfaus?		66,7	33,3
Os documentos e registros fornecidos pelo Hfaus (microchip, laudos, prontuários) estavam completos e organizados?		66,7	33,3

Tabela 4. Respostas dos policiais do BPMA à pesquisa de satisfação do Hfaus.

Pergunta	Excelente (%)	Bom (%)	Regular (%)
Como você avalia a eficiência no processo de triagem dos animais pela equipe do Hfaus?	40	60	
Os funcionários do Hfaus foram prestativos e claros nas orientações durante a recepção dos animais?	60	20	20
Na sua opinião, como os animais foram recebidos pela equipe do Hfaus?	80	20	
Como você avalia a estrutura física do Hfaus (limpeza, organização)	20	60	20
Como você avalia a eficiência no processo de triagem dos animais pela equipe do Hfaus?	40	60	
A comunicação (Whatsapp, Ligação ou presencial) com o Hfaus é eficiente e satisfatória?	60	40	

## 7. Conclusão

7.1. O elevado nível de articulação com os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e resgate de animais, a contínua comunicação com as Comissões de Gestão e de Monitoramento e a transparência na gestão dos recursos indicam condições favoráveis à manutenção da parceria, com vistas à ampliação e aprimoramento dos serviços no próximo exercício. É necessário, no entanto, projetar com responsabilidade a perspectiva de aumento nos custos operacionais ao longo do segundo ano da parceria. A tendência é que o volume de atendimentos continue crescendo, o que naturalmente implicará a necessidade de expansão da equipe técnica, aquisição de novos insumos, realização de mais exames e, possivelmente, reformulação da infraestrutura física, especialmente se houver aumento no porte dos animais atendidos ou no escopo de atuação. Recomenda-se, portanto, que a programação orçamentária para o exercício subsequente seja revista à luz dos dados agora consolidados, permitindo que a parceria continue a cumprir seu objeto com qualidade, eficiência e segurança jurídica, sem comprometer sua sustentabilidade financeira e técnica.

7.2. Por fim, reportamos que o relatório foi entregue no prazo estipulado, atendeu aos requisitos do Decreto nº 37.843/2016 em sua totalidade e não houve evidências de irregularidade na aplicação dos recursos. Em face ao exposto, conclui-se que houve **cumprimento parcial com justificativa suficiente quanto às metas não alcançadas e recomenda-se a aprovação das contas do primeiro ano da parceria**. Submete-se à presidência para avaliação e aprovação.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO CÉSAR MAGALHÃES DE MEDEIROS - Matr.0266497-6, Membro da Comissão**, em 13/06/2025, às 11:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO DE CASTRO DUARTE E SILVA - Matr.0183941-1, Membro da Comissão**, em 13/06/2025, às 11:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO AUGUSTO LIMA SANTOS - Matr.0183989-6, Membro da Comissão**, em 13/06/2025, às 12:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO SILVESTRE NOMIYAMA DE OLIVEIRA - Matr.0184020-7, Membro da Comissão**, em 13/06/2025, às 12:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANA NIRA NUNES JUNQUEIRA - Matr.0215691-1, Membro da Comissão**, em 13/06/2025, às 12:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= 168134675 código CRC= 00ABC013.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SEPN 511 - Bloco C - Edifício Bittar - 1º andar - Bairro Asa Norte - CEP 70750543 -  
Telefone(s):  
Sítio - [www.ibram.df.gov.br](http://www.ibram.df.gov.br)

00391-00009345/2024-11

Doc. SEI/GDF 168134675